



REDACÇÃO PRINCIPAL
ALEXANDRE VIEIRA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
EDITOR — JOAQUIM CARDOSO

Redacção, administração e tipografia, Calçada do Combro, 33-A, 2.º
Lisboa — PORTUGAL
Endereço telegráfico: Talha — Lisboa • Telefone? 1
Officinas de impressão — Rua da Atalaia, 114 e 116

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

O MAL E A CARAMUNHA

EM VOLTA DO PÃO

NOTAS & COMENTÁRIOS

Os fomentadores... A Capital

dizendo que as greves é que produzem a fome. E insurge-se contra as greves como nunca se insurgiu contra os assaltantes e os ladrões que não cultivam. Pois nós damos toda a razão à Capital, motivo porque não valerá a pena zangar-se, visto estarmos de acordo. São os infames proletários que conduzem tudo isto à ruína. Deviam as classes operárias sofrer silenciosamente a fome que o assaltamento e a falta de produção, provocada pelos lavradores, causam.

Não devem fazer greves, é uma imoralidade. Que morram de fome, mas não protestem... para não causar a fome aos outros. Tem razão, tem muita razão a Capital. Imaginem que os operários são tão malvados que fizeram desaparecer, à força de greves, o azeite, o açúcar, as batatas, a manteiga, a banana, o arroz, o carvão, o feijão...

Que patifes os tais operários! Boas pessoas são os outros...

Assustados... A Monarquia vinha ontem mostrando aos seus correligionários o grande perigo que os ameaça. Trata-se, bem sabemos, do efeito produzido pela campanha da patriótica Vitória, que dia a dia nos vem denunciando como elementos capazes de atirar pelo ar a vasta mesa a que os conservadores se estão banquetando. A Vitória, que diz conhecer perfeitamente as nossas intenções, inventa planos téntricos e combinações maquiavélicas à la Ponsou de Terrail. Essas histórias puzeram os cabelos em pé aos pacíficos conservadores, que vêem já a mesa em risco. E por isso que de todos os cantos o grito de «O dia da guarda» se vai ouvindo. Gritou a República ontem de manhã e gritou a Monarquia de tarde, gritando a Capital à noite. Hoje outros gritarão certamente.

A Monarquia, então, torna as culpas da fraqueza conservadora, aos próprios conservadores. Pede uniões, atenção e outras coisas mais e ve-la-emos dentro em pouco colocar-se abertamente ao lado dos republicanos... que não conseguiram restaurar a inteligência, para defender a integridade nacional...

Pesquisas... Diz-nos o nosso informador da Arcada que o ministro do trabalho conferenciou com o director geral de minas acerca da redacção de um diploma concedendo licença ao Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado para pesquisas na mina de Santa Suzana.

E acrescenta que do combustível existente fora da mina, apenas 34 toneladas são imediatamente aproveitáveis, pois que as 400 restantes, sendo constituídas por miúdos de carvão, argila e fragmentos carbonizados, necessitam ser lavadas. Afim de se reconhecer o valor material das camadas carboníferas da mina, torna-se preciso realizar desenvolvimentos pesquisas e sondagens para verificar se na mancha meridional do carvão o jazigo continua sobre os terrenos miseráveis, ou é cortado pelos porfírios de tripeças.

Pelo caminho que as coisas vão tomando a mina de Santa Suzana estará em exploração lá para as calendas greças. Também o contrário é que seria para estranhar.

Um negócio...

Com colaboração do presidente do ministério e ministro da agricultura

Os bastidores do comércio estão fornecendo assuntos admiráveis para comédia.

No dia 2 de Agosto findo, a firma comercial Magalhães & Castro pretendia levar a cabo o seu negóciozinho ilícito, que consistia em fazer sair pela porta principal do Arsenal de Marinha um grande número de sacas com arroz de primeira qualidade, a título de lhe ter sido rejeitado algum destinado à Província da Armada. Trata-se, pois, dum acto abusivo. Tal abuso foi dado por provado no auto da ocorrência, que foi mandado levantar sobre a queixa apresentada pelo guarda de polícia e fiscalização José de Sousa Lami.

O processo seguiu os trâmites e como constamos do auto e do parecer do oficial sindicante referências a assuntos de serviço dependentes dos Depósitos de Marinha e Província da Armada, solicitou-se a informação da 4.ª Direcção Geral de Marinha, a qual veio corroborar as suspeitas de que se tratava evidentemente de uma tentativa de defraudação ao Estado ou, pelo menos, querer a referida firma servir-se do Arsenal de Marinha para nele abastecer descarregando mercadorias a fim de sair a porta principal para venda particular e avulso à sombra de certa quantidade do mesmo artigo, que ficaria para abastecimento dos Depósitos, Província e até Cooperativa Fabril Naval. Sessenta sacas com arroz foram dadas por incapazes de consumo por peritos, cujos nomes e qualidades se desconhecem. Também os peritos oficiais não tiveram ingerência alguma nesse exame.

Oficiou-se ao ministério de agricultura, perguntando se tal artigo poderia ser entregue à firma proprietária, caso esta tivesse pago os direitos aduaneiros e o commissário geral dos abastecimentos respondeu que só a Alfândega de Lisboa poderia elucidar por completo o assunto.

A resposta que aquela estação oficial enviou é significativa. Dizia que por ordem do presidente do ministério e ministro da agricultura fosse entregue o referido arroz à firma Magalhães & Castro!

E é assim que se resolvem estas questões cá na terra.

As queixas da "Vitória" temperadas com novas calúnias

Não queremos nem podemos fazer destas colunas um campo de disputas desbragadas, que nada adiantam e apenas inferiorizam quem nelas toma parte. Não queremos porque não está isso nos nossos hábitos e contra isso se revoltaria o nosso temperamento. Não podemos porque temos uma missão a cumprir e para ela, apenas, convergem as nossas atenções e o nosso esforço. Discussões não nos importa tê-las com quem quer que seja, desde que o ponto em controvérsia seja um princípio, uma ideia, uma opinião, e também desde que quem nos fale se preocupe em manter uma linha de honestidade e correção — a mesma que nós temos mantido até aqui e continuaremos a manter porque sabemos respeitá-la. E, de feito, já ao desenvolvimento de várias discussões tem este jornal dado o seu espaço, e nunca fomos nós os primeiros a quebrar aquela polidez que nas relações de pessoas civilizadas deve perdurar, aquela liabilidade de processos que tem de ser o forçoso apanágio dos homens que se prezam. Não é que às vezes conhecemos se tenha procedido de forma inteiramente diversa.

Isto a propósito do que entre nós e a Vitória se vem dando há uma semana. Sem mais nem pra-que, na quarta-feira passada, a Vitória destempera conosco, maliciadamente, insultando-nos (que ficávamos em casa, enquanto empurrávamos os operários para a luta), caluniando-nos (que éramos averiguadamente bolchevistas), ameaçando-nos (que antes de qualquer esforço nosso, tínhamos de trocar com os da Vitória algumas... palavras), e denunciando-nos à polícia como elementos perigosos. Nos dias seguintes a Vitória continuou a dirigir-se-nos agressivamente, e chegou a dizer que a nossa orientação «correspondia a um plano camuflado, a um plano de desordem e de subversão». Só no sábado respondeu-nos um pouco alongadamente à Vitória, e estamos em dizer que fizemos mal. Não devíamos ter respondido nada, porque não vale a pena responder a quem inerepa de tão rascão e injustificável modo. O certo é, porém, que respondemos, mas nada há de mais sereno que a nossa resposta: Recapitulávamos, transcrevendo fielmente as grosserias diatribas da Vitória; opínhamos o preciso desmentido às suas falsidades, e concluímos assim depois de havermos copiado um trecho de prosa do jornal em questão:

Uma linguagem e uns processos deste género não dão, como se vê, margem a uma serena discussão de princípios.

Não dava, de facto. Esta circunstância não impediu, porém, a a Vitória de aparecer, no dia seguinte, redobrando de má-criação, a dizerem muito do que nós lhe poderíamos ter dito na véspera, com mais razão, se com ela andássemos em competências de desbragamento. Que éramos nós os que nos dirigíamos à Vitória «com espuma nos lábios e clarões nos olhos», nós que tanta serenidade lográvamos conservar em presença dos insultos infames e policieiros que receberíamos! Na verdade, não se tratava na ocasião, para a Vitória, de obedecer aos preceitos da delicadeza, de respeitar a verdade, de não perder de vista a liabilidade de processos, de seguir as normas do bom jornalismo. Do que se tratava era de agitar contra nós os ódios da polícia, de induzir e apoiar o governo numa perseguição contra a Batalha, de arregimentar as raras e dispersas forças conservadoras para que estas viessem combater-nos sem tréguas, criminosos, sclerados, bandidos que nós éramos no dizer expresso ou subentendido da Vitória. Isto não é uma polémica jornalística. Isto é uma luta, um aspecto da grande luta de vida ou de morte que entre a burguesia e os trabalhadores anda travada. Os da Vitória acusaram-nos caluniosamente no jornal porque não podiam meter-nos a todos nos calabouços. Insultaram-nos porque não era fácil arrazar-nos de vez. Amalharam umas frases agressivas para atirar-nos porque não tinham possibilidade de espingardar-nos. Não o negue a Vitória porque isso seria ajuntar a covardia às suas outras mazelas morais. De resto, era inútil negá-lo. O ódio, o ódio de casta, resume e alastra, bem patente, em cada linha da Vitória. Aquela sua frase: «Havemos de trocar... algumas palavras...» o que ela não mostra de sangrento rancor, de irracionalidade e descompostura fúria! Esta raiventa esgueira da Vitória a tem levado a mentir, sem pudor, sem decoro, sem habilidade mesmo. No domingo anunciava a greve geral nacional do operariado nestes precisos termos:

Os dirigentes das classes operárias entenderam dever protestar com certa violência, tendo chegado de madrugada ao conhecimento das nossas autoridades, que como veemente protesto contra a atitude governamental estava preparada a greve geral nacional, ou seja um movimento geral em todo o país.

Estas descaradas falsidades, que em e um outro jornal tiveram eco, deram lugar a que uma busca fosse feita, no domingo, à Associação dos Compositores Tipográficos. Fértil em invenções deste género, já há tempo a Vitória inseria (uma honrosa caixa jornalística) um estúpido relato dumas pesquisas policiais a uma fuma da serra de Monsanto, tam inverosímil, tam tolo, que ninguém a acreditou. As suas reportagens primam pela inexactidão intencional. Venem e mais venem.

Pois bem! A Vitória, que tem procedido para conosco da maneira que dizemos e podem verificar quantos se quiserem dar ao trabalho de lê-la, aparecem-nos ontem caramunhenta, acusando-nos de violentos, de desmorisados, não sabemos de que mais, como se lhe sobejasse, a ela, autoridade moral para falar disso, a ela, que explodiu inopinadamente conosco em objurgatórias de colarreja, sem que nós com ela nos houvésemos metido. E, ao mesmo tempo que condena os nossos processos e o nosso desmorisar, a Vitória, para dar uma ideia do seu primor e dos seus processos vai dizendo que se há artigos revoltados na Batalha e se se promovem sessões de protesto «é que é essa a missão que algumas criaturas se impuseram, porque dela vivem: fomentar, a pretexto de tudo, a desordem, a agitação, o desassossego e a intranquilidade». Se não se chama a isto uma calúnia vilíssima, uma dentada de vibora, é porque a classificação tem de ser mais áspera ainda.

E, para teimar, um esclarecimento. Nada do que aqui se escreve é anónimo, porque tem a Batalha um redactor principal que pela orientação do jornal é responsável. De resto, todas as na redacção estão absolutamente de acordo com o que a Vitória se tem dito aqui. Não se faz mister portanto que quem escreve estas linhas assinie o que escrevem (a menos que a Vitória expressamente o reclame) visto que todos os seus camaradas estão identificados com ele. Também, atenta a modestia do seu nome, nada se adiantaria com isso, como a Vitória diz. Há nomes assim, muito ignorados mas muito limpinhos — em contraste com outros, já sobejamente conhecidos.

OS OPERÁRIOS BARBEIROS

Votam a greve geral

Afirmou-se publicamente que os operários barbeiros se tinham conluído com os patrões a fim de serem aumentados os preços das barbas e do corte de cabelo. Não é assim, segundo nos afirma uma comissão do sindicato operário, que nos veio assegurar que os patrões haviam resolvido, por sua exclusiva iniciativa, elevar os preços da barba e cabelo para 1800, o corte de cabelo para 800 e a barba para 300 centavos.

Conhecendo esse propósito do patronato, deliberaram os operários, por sua vez, reclamar aumento de salário, tendo-se comprometido 40 dos patrões a conceder 5000. Porém, ontem a classe, reunida em assembleia magna, tendo tomado conhecimento de que a maioria dos lojistas não cumpria as deliberações tomadas quanto ao aumento de salário, proclamou a greve geral a partir de hoje, deliberando convidar os lojistas que concordem com a reclamação a ir à sede do sindicato, sita na Rua do Arco do Marquês do Alentejo, 30, 1.º, assinar o respectivo compromisso.

O comité da greve, em nota que não envia, aconselha a classe a manter uma atitude digna de trabalhadores conscientes.

Festas associativas

Para uma biblioteca

Promovida pelo Núcleo Juventude Sindicalista da Indústria da Construção Civil, realiza-se no próximo dia 25 uma festa no Centro Escolar Espanhol, rua da Palma, 272, 1.º, cujo produto reverta a favor da formação de uma biblioteca, encontrando-se os bilhetes desde já à venda nos seguintes locais: N. J. S. Construção Civil, Central, 1.º Bairro, Mobilíaria, Metalúrgica, Gráficas, Belém, Barbearios, Vestiário, Cofres e Peles, Arsenalistas da Marinha e exército e na redacção de A Batalha.

A QUESTÃO DO PÃO CARO

Os consumidores continuam manifestando-se contra a Moagem e governo

Há oito longodias que vimos dizendo verdades acerca do decreto da fome. A verdade seduz o povo e o povo deu-nos todo o seu apoio. Mas como as verdades fossem esmagadoras e o governo não gostasse de ouvi-las, a censura não se fez esperar. Há dois ou três dias que a Batalha faz, de manhã, a sua visita ao governo civil, onde um censor, que talvez não tenha dinheiro para pão fino, procura desde o artigo de fundo até à última letra dos anúncios qualquer coisa de matéria subversiva que por ventura publicquemos.

Materia subversiva deve ser, certamente, a questão do pão. Um decreto governamental consegue agitar o povo em vários pontos do país. Em vez de se fazer a censura à Batalha, devia-se antes censurar o decreto. Mas não; os decretos não tem censura nem mesmo se permite ao povo atacá-los. Mela diluzia de homens entendem que há de trazer a fome ao povo? Trazem-na impunemente.

Os jornais estão, na sua maioria, vendidos à Moagem e os que o não estão preferem calar-se a dizer a verdade acerca dessa monstruosidade, para não se colocarem ao lado dos bolchevistas, a quem atribuem intuídos de desordem, quando afinal os tais bolchevistas apenas reclamam pão abundante, igualitário e barato, que seria a maior medida de ordem pública que um governo poderia pôr em execução. Mas não. O governo entende que a ordem é a força bruta, as patas dos cavalos e as metralhadoras, a guarda-republicana.

Se as balas se comessem já o consumidor teria rebentado de indigestão!

Manifestações a realizar

Caixeiros de Lisboa

Para tratar da carestia da vida e a questão do pão, secundando assim o movimento encetado pela C. G. T., realiza-se uma sessão depois de amanhã, na sede da Associação dos Caixeiros de Lisboa.

Manifestações realizadas

Empregados de Fotografia

A direcção da Associação de Classe dos Empregados de Fotografia de Lisboa, na sua última reunião, ocupou-se da magna questão do pão, resolvendo apresentar o seu mais veemente protesto contra a criação dos dois tipos de pão.

Por serem assistentes a estes «ensaiaes» desde há muito, e neles encontrarem sómente o prejuízo para o povo consumidor e o benefício para a Moagem, auxiliada pelos «beneméritos» governantes, resolvem, como acima deixamos dito, apresentar o seu protesto contra tam criminoso burla, posta em prática pela miordeira Moagem, lembrando aos governantes e a toda a casta de exploradores que, se não reparam a tempo para os seus constantes crimes, rapidamente se afogam no mar de erros e crimes.

Na província e arredores

No Porto

Sindicato Unico Metalúrgico. Para resolver sobre a atitude a tomar em face do decreto de protecção à Moagem e Panificação, reuniu na sexta-feira este Sindicato, tendo para esse efeito

Os livros e os autores

Miniaturas, por Norberto de Araújo, Livraria Allard e Bertrand, Lisboa, 1920.

Dentre as raras coisas belas que a nossa abundante literatura depois nas montas das livrarias surgiram estas Miniaturas dum dos mais prometedores talentos ultimamente revelados. O seu que de galante e de rebuscada, de mignon e de frágil, os pequeninos Saxos aristocraticamente modelados tem um ar gracioso de minuet e d'elles se desprende um encanto adorável que faz que a gente toque nesse livro como numa coisa preciosa e o guarde carinhosamente como um bibelot ou um rachat. E' tam raro escrever assim! E' que raros exterioriza tam bem como Norberto de Araújo subtilmente nuances do seu sentir. O que vulgarmente vemos nos reflexos de cousas, já mais revelações de almas.

Norberto de Araújo, embora seja de direito um dos nossos mais laboriosos e fecundos jornalistas, tem, como se vê nas Miniaturas, parêntesis de doce e delicada elaboração mental, escapadas felizes de sonho, onde ficam talvez os melhores momentos da sua vida espiritual e onde deixa, sem dúvida, as mais belas fulgurações do seu talento.

Que a febre do jornalismo não creste as cândidas azas da sua bela inspiração e o deixe realizar a obra de que é capaz, eis os nossos tardios mas bem sinceros votos.

Musa Irónica, monólogos, cenas cómicas e contos em verso, por Campos Monteiro, Livraria Civilização, Editora, Porto, 1920.

O sr. Campos Monteiro, que não é um banal versejador, cultiva o género jocoso com notável mestria e em composições de largo fôlego demonstra excepcionais aptidões literárias. Peças como Outros tempos!... A matemática, Flirt, são deliciosos primores de humor e de ironia; e é de justiça confessar que há neste livro mais alguma coisa do que chiste e graça, como demonstram os trechos Nenufar, Valverde de Vilarica e a tradução livre de Cid, de Vitor Hugo. O verso é em geral bem

convidado a assistir todas as classes que representa.

As salas estavam repletas de metalúrgicos, estavam vários oradores que expuseram duma maneira clara a situação da classe trabalhadora perante os potentados da Moagem, que tudo dominam e subvertem em holocausto à sua infinita sede de ouro.

Entre eles usaram da palavra Leopoldo Mota, Santos Vizeu, Pereira Braga, Anastácio Ramos e Américo Mesquita, que também salientaram a urgência de todos os trabalhadores se prepararem para dar batalha aos sugadores do povo faminto.

A comissão administrativa apresentou à sanção da grande assembleia uma moção, que foi aprovada com uma ruídoza manifestação de apoio aos pontos nela contidos, concebida nestes termos:

Considerando que a miséria do povo foi mais uma vez monstruosamente agravada com a junta aquiescente dos governantes, com o restabelecimento de dois tipos de pão, pelo que foi também decretado que é de alta importância para o povo a situação das classes trabalhadoras, que vêm de dia para dia aumentando de preço os artigos mais indispensáveis à existência humana, anomalia que impõe quasi constantemente o operariado a lançar-se em lutas estérteis pró-ajustamento de salários, pretensões que não encontram o apoio do governo, a quem a Moagem e Panificação legalizaram mais um roubo contra o consumidor e em proveito de infames e contos exploradores do povo à custa do qual tem insinuado fortunas fabulosas;

Considerando que a classe metalúrgica do Porto não pode nem deve tolerar passivamente tal roubo, resolve:

1.º — Protestar energicamente contra a promulgação do decreto da fome;

2.º — Conservar-se de atalaia até que os organismos centrais do proletariado resolvam proclamar a greve geral contra o pão legalizado, conservando-se em sessão permanente;

3.º — Auxiliar desde já e dar o seu franco e decidido apoio a U. S. O., para qualquer movimento que resolva levar a efeito contra a carestia da vida.

A comissão administrativa resolveu convocar novamente a classe para terça-feira.

Pelocamarada Aleixo Fernandes Gomes, foi apresentada a seguinte saudação, que foi aprovada por aclamação:

Os operários metalúrgicos, reunidos no seu sindicato para protestar contra o infame decreto do pão, saúdam o proletariado de Setúbal e Beja que já estão em greve geral contra semelhante decreto que traz fome à miséria aos lares dos trabalhadores.

Em Almada

Indignação contra o decreto da fome

ALMADA, 12 — C. — O decreto da fome, obra de uma governação inepta, também aqui já vem fazendo sentir os seus efeitos. Por toda a parte se ouvem palavras de aspera condenação para com o governo que assim lança uma provocação, decretando a fome dum povo, saúdam o proletariado completo todos os gêneros, era ainda assim o pão, apesar de mau, o principal alimento dos que não são nobres ricos nem tem acesso à riqueza, ao bem-estar, ao conforto, ao prazer.

Mas estejam certos o governo, Moagem e todos esses carrascos que nos querem fazer calar, reduzindo-nos a maior das misérias para que não tenhamos forças para os derrubar, que ao enganar nos seus cálculos por que temos esperança que o povo se não há de deixar assim morrer cobardemente e que um dia, que temos a certeza não virá longe, esse povo que hoje é escarnido e humilhado se há de levantar como um só homem, num gesto altivo e heróico e pedirá severas contas das grandes responsabilidades que tem todos os que o vêem há longos anos fazendo passar os maiores tormentos.

construído, tecnicamente modelar, brotando limpo, dum jacto.

Ar ore de Natal, versos, por António Ferro, Porto galia Editora, 1920, Lisboa.

Este poemeta inspira-se nos decadentismos e os seus versos são resabios de Verlaine e Mallarmé, e um pouco de Cesário Verde nos descritivos. Vive na poesia de António Ferro, como na dos poetas daquela escola, um pensamento torcido materializado numa forma torcida e complicada que só certos espíritos refinados são capazes de apreender como de apreciar o seu sabo oculto.

Não é pois um livro banal e nem é um livro que toda a gente entenda, com o que de resto se não preocupa certamente António Ferro no seu orgulho de sedem de artista e de poeta...

Da pena de morte, pelo dr. João de Lebre e Lima, Livrarias, Allard e Bertrand, 1920.

E' um tema de sociologia criminal abordado com rara proficiência e uma coragem e audácia invulgar.

O dr. João Lebre e Lima é francamente pela pena de morte e considera legítimo o direito de matar.

E' caso para admirar o desassombro com que o autor emite as suas opiniões num assunto tam melindroso e numa época em que um falso humanitarismo se confunde com a noção do direito e da justiça. Reconhecemos também o direito de matar; porém, não no sentido ordinário da defesa da sociedade nem aos tribunais como estão constituídos.

Para nós não há crimes anti-sociais, quando muito atentados anti-legais, e nada há mais fútil do que uma lei.

A questão é muito complexa e dada a instabilidade das instituições sociais não se pode impor um critério absoluto à justiça social que é sempre a duma classe que tem por si não a razão e a justiça, mas a força e o poder. A defesa da sociedade não é sempre a defesa do direito. Nos crimes político-sociais não é de forma alguma aplicável o critério moralista, porque o que deve ser punido não é bem o acto propriamente, mas a intenção que o ditou. Embora num crime social seja ferido o sentimento humanitário é-o indirectamente — o que atenua de alguma forma o delito.

M. R.

